

A Instrução Primária em Sergipe Através das Aulas Noturnas: Primeiras Aproximações

Maria dos Prazeres Nunes^I

Simone Silveira Amorim^{II}

Resumo: Este texto tem por objetivo, identificar o surgimento das escolas noturnas de ensino primário, a fim de instruir e educar os adultos e como foram institucionalizadas as aulas, a partir da década de setenta do século XIX, na província de Sergipe, no período Imperial. Destacam-se, aqui, o processo de industrialização e o crescimento urbano, fatores que contribuíram para a alfabetização popular, através das aulas noturnas para os trabalhadores, sendo uma ação iniciada tanto pelo poder público, como pela iniciativa privada. Constitui-se em uma pesquisa sob a matriz historiográfica da nova história cultural (Burke, 2008) tendo esta ajudada a compreendermos a importância das fontes, dentre elas, os anúncios de jornais. Através deles, constatou-se que havia um movimento a favor da escolarização de adultos, tendo em vista uma educação diferenciada para o desenvolvimento das atividades do comércio e indústria.

Palavras-chave: Educação de Adultos, escolas noturnas, industrialização.

The Primary Education in Sergipe through Night Classes: First Approximations

Abstract: This text aims to identify, the emergence of the night schools of primary education in order to instruct and educate adults and identify how they were institutionalized classes, starting in the seventies of the XIX century, in the province of Sergipe, in the Imperial period. We highlight here, the process of industrialization and urban growth, factors which contributed to the popular literacy, through night classes for workers, being an action initiated by the public power, as the private sector. It constitutes a search under the historiographical basis of new cultural history. Analysis based on Burke (2008) helped understand the importance of the survey of historical sources. Having been used bibliographical sources and newspaper advertisements, it was found that there was a movement for adult education, with a view to a differentiated education for the development of activities related to commerce and industry.

Keywords: Adult Education, night schools, industrialization.

Artigo recebido em 11/03/2017 e aprovado em 31/03/2017.

I. Introdução

A escolarização se constitui como ferramenta significativa, no que diz respeito a inserir o indivíduo em um contexto mais amplo, dando-lhe a possibilidade de melhor compreensão dos processos vividos em sociedade, proporcionando o desenvolvimento das relações sociais e, conseqüentemente, da qualificação do homem através do conhecimento.

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

MARIA DOS PRAZERES NUNES E SIMONE SILVEIRA AMORIM

Assim, a educação é primordial para o desenvolvimento do indivíduo, por isso é necessário que todo ser humano tenha o direito a essa particularidade em seu caminho de formação educacional. O cidadão instruído pode, também, contribuir com a sociedade. A instrução educacional envolve todo um segmento de aprendizagem, desde o nascimento do indivíduo, no recinto familiar e, em seguida, no convívio social.

A educação necessita de articulações estratégicas, que envolva toda a sociedade. Para Forquin^{III} “toda educação é sempre educação de alguém, ela supre sempre necessariamente, a comunicação, transmissão, aquisição de alguma coisa: conhecimento, competência, crença, hábitos”. Todos esses valores constituem-se o que chamamos de educação.

Nesse sentido, no período imperial, após a independência do Brasil de Portugal, houve uma mudança na educação primária, estabelecida na primeira constituição brasileira de 1824. Conforme Nunes^{IV} foi estabelecido no item 32 do art. 178 a seguinte premissa: “a instrução primaria é gratuita a todos os cidadãos”. Para cumprir este artigo, foi promulgada a Lei de 15 de outubro de 1827, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escola de primeiras letras.

Porém, com o Ato Adicional de 1834, a educação passou a ser responsabilidade dos governos provinciais, tanto o ensino primário quanto o secundário. Em 1854 foi criado o Regulamento, Decreto^V n° 1.331-A conhecido como Couto Ferraz, cuja proposta era reformar o ensino primário e o secundário.

A província de Sergipe já possuía uma estrutura populacional mais elevada, com ensino primário nas principais vilas como Itabaiana, Lagarto, Vila Nova, Estância, Laranjeiras, Propriá. Como regulamento orgânico da instrução pública da província sergipana, de 24 de Outubro de 1870, tendo como presidente Francisco José Cardoso Júnior, houve um avanço na educação. No entanto, conforme Amorim^{VI} “muitas foram às discussões realizadas na Assembléia até sua aprovação final”.

Em 1871 um dos avanços foi à criação do curso de aulas noturnas, na capital sergipana, pelo presidente da província Antônio Candido da Cunha Lobão, tendo percebido a necessidade da instrução escolar para a sociedade, principalmente para aqueles que se dedicavam as horas do dia ao trabalho.

O ensino noturno primário correspondia à seguinte instrução: Moral e Religião, Leitura e noções gerais de Gramática Nacional, Aritmética e Geometria, estudo do sistema de pesos e medidas, Desenho Linear, noções gerais de comercio, inclusive escrituração mercantil, além de Historia do Brasil e Sergipe^{VII}.

Após essas considerações, faz-se necessário identificar o surgimento das escolas noturnas de ensino primário para adultos, tendo em vista compreender como foram institucionalizadas essas aulas a partir da década de setenta do século XIX, na província de Sergipe. Destacam-se, aqui, o processo de industrialização e o crescimento urbano. Fatores que contribuíram para alfabetização popular, através das aulas noturnas para os trabalhadores, ofertadas pela iniciativa do poder público, bem como pela privada em fazendas e associações comerciais.

Ressalta-se que este texto se constitui em uma pesquisa sob a matriz historiográfica da nova história cultural, Burke^{VIII}, e Chartier^{IX}, tendo em vista a importância da utilização de fontes históricas como o jornal, a fotografia, os manuscritos, cartas etc. Que auxiliam as práticas narrativas da escrita. No entanto, para a construção deste artigo, foram utilizadas fontes bibliográficas e anúncios de jornais.

II. A Educação para Adultos e crescimento Urbano no processo de industrialização

A nação brasileira, em pleno século XIX, tinha o desejo de colocar o Brasil no caminho do progresso, semelhantemente aos países desenvolvidos como a Inglaterra e a França. Foi com esse sentimentalismo de ideias iluministas que se começou a ampliar o sistema escolar, criando a possibilidade do acesso à escolarização por parte das camadas populares, do sexo masculino e inicialmente com uma pequena participação do sexo feminino.

Dessa forma a educação para os adultos, no decorrer do século XIX, foi moderadamente incentivada pela iniciativa privada, mas foi oficializada pelo Império, após as discussões em torno da escolarização, reforçada por três fatores: A defesa da Abolição da Escravidão, a propaganda republicana e a formação do Estado brasileiro.

Para o setor econômico da elite burguesa latifundiária, prevalecia o modelo escravista e a monocultura de exportação. Não havia interesse em uma sociedade escolarizada, ou seja, esclarecida. Estava explícito, que não se concordava com as idéias propostas por aqueles que pretendiam tornar o país numa sociedade civilizada.

O processo de escolarização ofertado à população brasileira, com o crescimento urbano e o processo de industrialização, ainda no século XIX, era a educação de jovens e adultos e a instrução primária. Havia a crença no poder da escola como progresso e modernização social do país. Daí o objetivo de preparar o indivíduo, para atuar no mercado de trabalho. A instalação das indústrias presumia a utilização de mão de obra. A prioridade era para as pessoas que tivessem pelo menos o conhecimento das primeiras letras, ou seja, ler, escrever, contar e os dogmas da religião cristã.

Assim, os cidadãos teriam o direito e o dever de se preparar para atuar na construção do futuro da nação. Conforme Correia^x “A legislação mais importante do período sobre a educação popular foi o decreto de 1878, que criou curso noturno. Tais cursos se expandiram no auge da discussão abolicionista”. A proposta era civilizar o povo através da escola como instrumento na construção do futuro, e fortalecimento do Estado Imperial.

As escolas noturnas criadas no Império seguiram os mesmos métodos de ensino das escolas diurnas. A Lei de 1827 preconizava o uso do método Lancasteriano. Este método visava atender a falta de professor capacitado. Conhecido também como “Ensino Mútuo” ou monitorial, tinha como objetivo ensinar um maior número de alunos, usando pouco recurso, em pouco tempo e com qualidade.

Esse método foi criado pelo inglês Joseph Lancaster, sua forma de ensino fazia uso da repetição e memorização, pois ele acreditava que esta dinâmica inibia a preguiça, a ociosidade e aumentava o desejo pela quietude. Nesta metodologia não se esperava que os alunos tivessem originalidade ou elocubração, ou seja, reflexões profundas, mas, disciplinarização mental e física.

O sistema monitorial ou método Lancaster, como ficou mais conhecido no Brasil, foi desenvolvido na Inglaterra, no final do século XVIII e início do século XIX, momento em que a Inglaterra passava por uma fase de intensa urbanização, devido ao processo acelerado de industrialização. Seus criadores foram Andrew Bell e Joseph Lancaster. De acordo com a proposta, o professor ensinava a lição a um ‘grupo de meninos mais amadurecidos e

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

MARIA DOS PRAZERES NUNES E SIMONE SILVEIRA AMORIM

inteligentes'. Os alunos eram divididos em pequenos grupos, os quais recebiam a 'lição através daqueles a quem o mestre havia ensinado'. Assim um professor poderia 'instruir muitas centenas de crianças'^{XI}.

Na província de Sergipe, a escola primária estava em sintonia com o sistema educacional imperial. Segundo Santana^{XII}, o Estado "propunha o 'ensino mútuo' nos locais populosos, em edifícios apropriados e equipados para tal fim, alertando para a importância da formação dos professores".

A educação de adultos ganhou corpo, no final do século XIX, no Brasil assim como na Europa. Houve um movimento marcado pelas mudanças sociais decorrentes do surgimento do processo de industrialização e urbanização, fato que pressionou o poder público a criar meios de escolarizar o povo, capacitar para o trabalho.

Do ponto de vista internacional, os primeiros registros sobre a educação de adultos datam do século XVI, especificamente nos países protestantes, como Inglaterra e Dinamarca, através da difusão das escolas de 'ler e escrever [...] Espanha, a educação de adultos deu-se de forma assistemática até o século XVIII. Foi a partir do século XIX, que se organizou em diversas instituições com a preocupação pela formação profissional, física e cultural. [...] 'educação de pessoas adultas ocorreram na transição do século XVIII para o século XIX, período marcado pelo embate político e cultural entre o liberalismo, a restauração monárquica e os movimentos operários nascentes'. Influenciados pela Revolução Francesa e pelo Iluminismo, os liberais reformistas centralizaram em suas propostas de reforma a instrução pública como instrumento de progresso econômico e cultural'^{XIII}.

A implantação das primeiras fábricas, e manufaturas anunciava a importância de uma educação diferenciada, para as atividades e funções práticas, impulsionando o processo de industrialização no final do século XIX. Em 1874, cresceu o número daqueles que investiram e se dedicaram às atividades industriais, principalmente nos grandes núcleos urbanos, localizados nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em Sergipe as indústrias de açúcar e têxtil foram às pioneiras, no desenvolvimento das atividades industrial. No caso do açúcar "grosso" o desenvolvimento industrial teve início com a implantação dos Engenhos Centrais que procuravam separar a atividade agrícola da industrial, buscando conciliar a relação de produção agrária tradicional com modernas, técnicas de fabricação de açúcar, visando atender à demanda dos principais mercados consumidores^{IV}.

Por isso, em 1875, o Governo Imperial regulamentou a instalação das grandes fábricas de açúcar que pertenciam a companhias estrangeiras. Dentro desse contexto, desde 1877, houve tentativas de instalação de engenhos centrais em Sergipe, mas diante das dificuldades de levantar capital, para a execução dessa ação. Ocorreu em 1888, por iniciativa da Companhia de Engenhos Centrais da Paraíba do Norte e Sergipe. Sendo assim, instalado o primeiro Engenho Central, em Riachuelo. Esse engenho apresentou sucesso, segundo Feitosa^{XV} "chegando a responder por 5,6% de toda a exportação de

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

MARIA DOS PRAZERES NUNES E SIMONE SILVEIRA AMORIM

açúcar de Sergipe, no período de 1891 a 1892. Após os surgimentos de outros engenhos concorrentes, a produção obteve uma queda”.

Já o surgimento da indústria têxtil sergipana teve como marco a primeira fábrica de tecidos, fundada em 1882 por um comerciante que desenvolvia atividades de exportação e importação na cidade de Maruim, um dos centros do comércio açucareiro da Província. Sob a denominação de Cruz e Cia, a Fábrica Sergipe Industrial mantinha 60 teares em movimento e 170 operários. Sua produção constava de brins, cetim, algodãozinho, estopa e, principalmente, sacos para a embalagem do açúcar.

A usina representou a consolidação do capital industrial no campo, porque passou a controlar sozinha, todo o processo econômico do açúcar, desde a cultura da cana até a distribuição comercial, passando pela fase industrial. Em Sergipe, houve uma proliferação do número de usinas, fundadas pelos antigos senhores de engenho, ultrapassando, em termos absolutos, os demais estados da federação. Em 1910, das 134 usinas instaladas no Nordeste, Sergipe detinha um total de 62 usinas, equivalentes a 46,3% do total, seguido por Pernambuco, Bahia e Alagoas, que detinham, respectivamente, 34,3%, 5,2% e 4,5%, do número total de usinas, ou seja, 90,3% das usinas da região estavam concentradas nesses quatro estados ^{XVI}.

Evidente que com o crescimento urbano do país, a necessidade de novos valores imbuídos da modernidade industrial, foi envolvendo e moldando de forma gradual todo o perfil do modelo governamental Imperialista. Assim, as mudanças também ocorreram na educação, principalmente nos centros urbanos, das capitais e cidades de população elevada, inclusive, através das aulas noturnas para adultos.

III. Ensino noturno na Província de Sergipe e no Brasil Imperial

Em Sergipe, o ensino noturno surgiu por volta de 1871. Foi implantado pelo presidente da província, Antonio Cândido da Cunha Leitão, apoiado pelo diretor da instrução pública Manoel Luís. Houve também aulas noturnas implantadas pela iniciativa privada. Essa ação tinha por objetivo alfabetização social para o desenvolvimento da província sergipana.

Manoel Luís reforçando que ele daria apoio ao trabalho de Cunha Leitão. Cuidai da instrução publica na província de Sergipe, e os vossos nomes serão reverenciados pelos vossos patrícios. Em mim encontrareis sempre eficaz apoio para secundar os vossos esforços porque também ambiciono a gloria de ser amado e honrado pelos Sergipenses ^{XVII}.

Aqui se ressalta a importância no ensino público noturno, para a população iletrada. A escolha dos mestres que estavam aptos para o ensino, e para contribuir na educação, popular de jovens e adultos. Esse foi papel primordial do presidente da província de Sergipe, Antonio Candido da Cunha Leitão, que pretendia elevar a província de Sergipe à melhor altura possível em matéria de ensino.

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

MARIA DOS PRAZERES NUNES E SIMONE SILVEIRA AMORIM

Antonio Cândido da Cunha Leitão foi o 37º presidente da província de Sergipe. Tomou posse de 11 de maio de 1871. Em 10 de junho de 1871 instituiu as aulas noturnas na capital, Aracaju, e em vários pontos da província. O público-alvo das aulas noturnas eram os trabalhadores que não podiam estudar durante o dia, mas tinham o desejo de aprender a ler e escrever. Cunha Lobão foi o iniciador desse curso de aula noturna no anexo da escola Atheneu e em agosto do mesmo ano foram criados também cursos noturnos em Estância, São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim e Propriá^{XVIII}.

Aulas noturnas de primeiras letras também eram ministradas em Santa Luzia – no Engenho Novo, pelo professor João Manoel Madureira. Lavradores frequentavam essas aulas. O professor citado lecionava aulas aos filhos da família do coronel Martins Fontes e à “noite dava as aulas noturnas gratuitamente, ensinando os rudimentos da língua vernácula, sendo a sua a primeira iniciativa na província”^{XIX}.

Nota-se o incentivo da instrução de ensino aos trabalhadores. Tinha como objetivo combater o analfabetismo da província, além de valorizá-los para reforçar a importância deles na sociedade. Manoel Luis, Diretor Geral de Instrução Pública, evocou exemplos da educação na Inglaterra, França e Estados Unidos^{XX}. A contribuição da atuação do Dr. Manuel Luis Azevedo, para a educação foi essencial, a partir de 1870 até 1875, como Diretor-Geral da Instrução Pública da Província sergipana. A organização da instrução pública consistia na utilização completa das escolas, bem como a aplicação do sistema da instrução obrigatória, inspeção e disciplina das aulas.

O sergipano Manuel Luís Azevedo d'Araújo (24/11/1838-21/10/1883) foi um desses grandes educadores, dotado de particularidades que o tornaram o indivíduo mais capaz de servir às grandes necessidades sociais de sua época, surgidas sob a influência de causas gerais e particulares, na concepção de Carlyle, foi ele o iniciador, entendido como o que vê mais longe que os outros e o que deseja fortemente. Sua atuação na vida educacional de Sergipe, como Diretor-Geral da Instrução de 1870 a 1875, através de atos escudados em idéias progressistas, abriu novos caminhos, apontou novos horizontes aos seus contemporâneos^{XXI}.

Conforme os relatos enunciados nos Jornal do Aracaju^{XXII} foi submetido à aprovação o “parecer da comissão de orçamento que afirmava serem as câmaras das cidades capazes de prover o pagamento dos professores do curso noturno estabelecido pelo art. 3º do regulamento 24 de outubro de 1870”.

O Corpo Legislativo Provincial publicou o manifesto a Antonio Candido Cunha Leitão pela sua administração na Província, especialmente quanto à educação popular. Ele, além de criar o curso de ensino noturno às cidades mais populosas da província sergipana, criou aulas também no presídio na capital Aracaju, para instrução dos presos. A escola funcionava três horas por dia e tinha que ter duas turmas. O professor era funcionário do próprio presídio e recebia trinta mil reis por mês^{XXIII}. O ensino primário na casa de detenção causou impacto social. O desejo de dar instrução aos presos, para atingir o rigor da pena, e que fatalmente tinha ocorrido ao delinquente, como para reerguer o Estado de regeneração do crime, marcou sua história. Apesar de seus esforços, Nunes (1984), menciona a passagem meteórica desse Presidente da Província, subentendendo que sua contribuição na educação foi de curto prazo.

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

MARIA DOS PRAZERES NUNES E SIMONE SILVEIRA AMORIM

Animado com o êxito obtido na Capital, o Presidente Cunha Leitão os adotou, também nas cidades de Estância, São Cristovão, Laranjeiras, Maruim e Propriá. [...]. A sensibilidade aos problemas sociais marcou atuação do Dr. Antonio Cândido da Cunha Leitão na breve presidência, como atestam a criação de uma aula na cadeia e a justificativa do ato. Sua saída imediata do Governo fez, porém, que só mais tarde comesçassem as aulas. [...] o Exmo. Sr. Dr. Antonio Candido da cunha Leitão, entregou a administração da província no dia 11 de Agosto de 1871 ao Exmo. Sr. Dr. Dionísio Rodrigues Dantas 2º Vice-Presidente^{XXIV}.

A atuação do Presidente Antônio Cândido da Cunha Leitão, mesmo em curto prazo, sobre a educação deixou seu legado marcado. Fundou o ensino noturno para jovens e adultos, e a continuidade de seu trabalho permaneceu na administração do seu Vice, Dionísia Rodrigues Dantas, à frente da presidência da província sergipana.

Tabela 01: Matrícula e frequência dos alunos do curso noturno

Aulas ; Disciplinas	Frequência de alunos
Gramática Nacional	Alunos: 14
Língua Francesa	Alunos: 18
Comercio e Escrituração	Alunos: 24
Desenho Linear	Alunos: 25
Primeiras Letras	Alunos: 75

Fonte: Sergipe Relatório 1871^{XXV}

Na cidade de Laranjeiras foi criado também, curso noturno para os trabalhadores operário, em 1871 pelo Presidente Cunha, já citado. Confirme as informações de Romão, “Laranjeiras aquelas relíquias de curso noturno criado pela sociedade Monte Pio das Artes, cuja instituição pagando a província o respectivo professor”. Em 1875 foi criada outra escola aglutinando os trabalhadores da capital^{XXVI}.

Percebemos que após o surgimento das indústrias, os cursos noturnos foram aumentando e auxiliando os trabalhadores e suas famílias. Assim, foram criadas escolas também para os filhos dos operários, tanto na capital como no interior.

No Rio de Janeiro a escola noturna era vista pela população como uma ação benéfica de caridade do governo imperial. O seja, um favor aos indivíduos desprivilegiados da sorte. Uma missão do progresso e civilização da nação brasileira. Era destinado aos adultos e meninos que já trabalhavam e se viram impedidos de frequentar as escolas diurnas. Suas profissões eram geralmente de trabalhadores autônomos: quitandeiro, artista, caixeiro, tamanqueiro, carpinteiro, jornaleiro,

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

MARIA DOS PRAZERES NUNES E SIMONE SILVEIRA AMORIM

charuteiro, trabalhador de lavoura. Para Costa^{XXVII} “Era uma forma de preencher o tempo livre e também combater a chamada vadiagem”.

A participação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, privada, foi à pioneira na iniciativa do ensino noturno aos adultos, enfrentou dificuldades no início para recrutar alunos nos primeiros cursos. Já o Estado brasileiro entrou em ação criando o ensino noturno com o Ministro, Leôncio de Carvalho. Havia um consenso entre os principais debates na esfera pública, a importância e valor dos cursos noturnos e sua missão de levar esperança, ao povo ignorante, mergulhado em vícios e propenso a crimes e todo tipo de barbárie.

A partir daí alguns saberes foram necessários ao convívio dessa sociedade que se modernizava e urbanizava. A leitura e a escrita, as quatro operações matemáticas, o sistema métrico decimal e o sistema de pesos e medidas, normas de condutas higiênicas e morais, passaram a ser bem vistos pela população da corte, em geral, já que as taxas de analfabetismo no Brasil eram altas.

O infeliz trabalhador, [...] ‘desafortunados da sorte’, pudessem receber a instrução necessária, mesmo que a custa de suas poucas horas de descanso, para ‘se libertarem das trevas da ignorância’¹. Instrução necessária que terminava no nível primário, ou no máximo em um curso para aprendizado de ofício. Um estudo pouco que ‘não muda gente em doutor’. Assim, a ação dos ‘beneméritos’, dirigentes das associações filantrópicas, era mais evidente que a ação estatal, pelo menos até o decreto número 7.031, de 6 de setembro de 1878, de Leôncio de Carvalho, Ministro dos Negócios do Império^{XXVIII}.

A educação de adultos se estabeleceu com os cursos noturnos das Associações privadas. Seus instituidores eram membros de elites econômicas e intelectuais do Rio de Janeiro, com aspirações a postos de poder e prestígio na vida política da corte. Dessa forma atuavam, em espaço deixado pelo Estado.

Na província de Alagoas houve um aumento no número de escolas públicas e particulares do ensino primário e secundário de ambos os sexos de 1869 a 1871. Segundo Correia^{XXIX} o “Ministro João Alfredo Corrêa, em seu relatório de 1872, no qual fez elogios às escolas e destacou a criação das escolas noturnas nas províncias de Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo, por iniciativa do poder público”.

Na província Alagoas, saber ler e escrever eram privilégio para poucos, muito embora, o desenvolvimento do comércio requeresse um mínimo de alfabetização. Foram nesse contexto que surgiu às escolas noturnas, cursos para adultos na província Alagoana. As escolas noturnas criadas para adultos e jovens trabalhadores, pelo poder público local, datam da década de 1870, por meio da Lei nº 519 de 30 de abril, sancionada pelo então presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior. [...] Houve também criação de escolas noturnas nas cidades de Penedo, Alagoas, São Miguel e Pilar, e nas vilas de Porto Calvo e Passo de Camaragibe^{XXX}.

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

MARIA DOS PRAZERES NUNES E SIMONE SILVEIRA AMORIM

Em Minas Gerais, como parte do projeto de construção da Vila Operária da Companhia Fiação e Tecidos do Marzagão, foi criada uma escola para atender aos seus operários inicialmente funcionando no horário diurno, depois a escola foi convertida em noturna. Conforme Nogueira^{XXXI}, “pela Lei n. 199, de 19/09/1896, provavelmente, para não interferir na jornada de trabalho diurno das crianças e poder, inclusive, atender também aos operários adultos”.

A preocupação com a abertura de escolas no interior das vilas ou nas dependências das fábricas veio das próprias fábricas mineiras. A pioneira Fábrica do Cedro (1872) também deteve o pioneirismo na criação e manutenção de escolas primárias, diurnas ou noturnas, para os seus operários. Assim também a fábrica da Cachoeira, estabelecida em 1872, na cidade do Curvelo por Mascarenhas Irmãos & Barbosa, e a do Cedro no município de Sete Lagoas. Em ambas as fábricas existem duas escolas de instrução primária para ambos os sexos, havendo também na do Cedro uma aula de música.

A iniciativa da fundação dessas fábricas e da organização da Companhia é devida ao gênio empreendedor e progressista de um dos distintos membros da família Mascarenhas, Bernardo Mascarenhas, a quem a província muito deve, sendo que a fábrica do Cedro, a primeira fundada na província, é a origem das muitas que hoje existem e da já bastante desenvolvida educação industrial na província. Como parte do empreendimento da Fábrica do Cedro, a escola primária começou a funcionar, de acordo com o seu levantamento contábil, dois anos depois de sua instalação, isto é, em 1874. [...] a instrução primária era o único benefício pelo qual os operários dessa fábrica não precisavam pagar para usufruir; em alguns contratos a moradia e a alimentação também poderiam ser gratuitas^{XXXII}.

Portanto as escolas noturnas no final do império foram marcadas pela chegada da indústria. O ensino noturno se configurava como base aliada no progresso industrial e comercial. Assim, as cidades urbanas foram se desenvolvendo, principalmente as capitais, onde o núcleo de concentração habitacional era mais forte. O período imperial buscou o fortalecimento do país, através do ensino primário noturno capaz de instruir o indivíduo para atuar numa profissão, tanto nas áreas comercialia como nos setores industrial, além de incentivar os ociosos que não tinham uma profissão de ganho, para sua sustentabilidade.

IV. Considerações Finais

O surgimento das escolas de ensino primário noturnas teve a finalidade de uma educação baseada num conjunto de saberes variados a fim de capacitar o indivíduo para atuar no comércio e na indústria, já que era necessário saber pelo menos os conhecimentos relativos à instrução primária.

Percebemos que o número de analfabetos era bastante elevado, devido à exploração das classes populares nas lavouras de monocultura pertencentes aos grandes latifundiários, proprietários de grandes propriedades. Os filhos dos trabalhadores começavam as atividades braçais, ainda na infância, tornando difícil o acesso à escolarização.

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

MARIA DOS PRAZERES NUNES E SIMONE SILVEIRA AMORIM

A educação primária brasileira como pôde perceber, era voltada mais para a elite, a qual tinha condições de manter escolas para seus filhos, apesar das propostas, na carta constitucional, estabelecerem o ensino para todo cidadão brasileiro.

Por volta da década de setenta do século XIX, as influências dos colaboradores influentes em prol da defesa de aspectos sociais, como a questão da Abolição da Escravatura, a criação do Estado Republicano e o crescimento urbano, anunciavam mudanças nas estruturas governamentais imperialistas. A educação foi o discurso mais apropriado diante da chegada da modernidade industrial.

Sergipe, assim como outras províncias brasileiras, foi se inserindo no processo educativo, pensado para os adultos através da criação do ensino noturno, criado pelo presidente Antonio Candido da Cunha Leitão. Dessa forma, o crescimento urbano das cidades brasileira nas décadas finais do século XIX alavancou o progresso da industrialização e modernidade. As mudanças ocorreram de forma sutil, assim também a educação contribuiu através da criação das escolas noturnas, constituindo-se como um meio de qualificar os trabalhadores em curto prazo.

Notas

^I Graduada em licenciatura de História pela Universidade Tiradentes (UNIT) 2009. Pós-graduação em Ensino de História, Faculdade São Luís da França (FSLF) 2011. Pedagogia 2015. Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (UNIT- CNPq). E-mail: prazernunes@yahoo.com.br

^{II} Docente da Universidade Tiradentes/UNIT no Programa de Pós-graduação em Educação. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2012), e Mestre em Educação (2006) pela mesma instituição. Lidera o Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas e integra os grupos de pesquisa História das Práticas Educacionais (GEHPE) e o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Cultura da UFS (NECUFS). E-mail: amorim_simone@hotmail.com.

^{III} FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução de Guacira Lopes Louro – Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p.10.

^{IV} NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Editora: Paz e Terra; Rio de Janeiro, (1984, p.39)

^V BRASIL. Decreto, nº 1.331-A conhecido como Couto Ferraz, cuja proposta era reformar o ensino primário e o secundário. (BRASIL, 1854, p.45).

^{VI} AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do Trabalho Docente e a Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1827-1880)**. Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão/SE. (2012, p. 90).

^{VII} SERGIPE, 1871, p. 3

^{VIII} Burke, P. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

^{IX} Chartier R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução, Patrícia Chittone Ramos - Porto Alegre: UFRGS, 2002.

^X CORREIA, Marilza da Silva. **A Educação Popular no Brasil Império: as Primeiras Iniciativas de Escolas Noturnas em Alagoas (1870-1889)**. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal de Alagoas. 2011 WWW.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu (2011, p.40). Acesso em 06 de Abril de 2016.

^{XI} CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização?** São Carlos-SP: UFSCar, 2007. <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Historia_da_Educacao/Trabalho/04_34_32_12_57-6384-1-PB.pdf>. 2012, p. 2. Acesso em 21 de Maio de 2016.

^{XII} SANTANA, Leyla Menezes de. **Os professores Primários em Sergipe: Rupturas e Permanências no Ofício Docente (1827-1838)**. Universidade Tiradentes – Aracaju /SE: 2015, (p. 38).

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

MARIA DOS PRAZERES NUNES E SIMONE SILVEIRA AMORIM

-
- ^{xiii} CORREIA, Marilza da Silva. **A Educação Popular no Brasil Império: as Primeiras Iniciativas de Escolas Noturnas em Alagoas (1870-1889)**. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal de Alagoas. (2011, p.59). Disponível em: <www.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu>. Acesso em: 05 mai. 2016.
- ^{xv} FEITOSA, Cid Olival. **Economia Sergipana: Origem e desenvolvimento**. ISBN-13: 978-84-15774-23-5. <http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1244/index.htm>. (FEITOSA, 2013, p. 29). Acesso em 03 de Agosto de 2016.
- ^{xvi} Idem FEITOSA, Cid Olival. **Economia Sergipana: Origem e desenvolvimento**. ISBN-13: 978-84-15774-23- (2011, P.31).
- ^{xvii} (Jornal do Aracaju, Sergipe, ano 3, n.13.247, 7 mar. 1872, p.1)
- ^{xviii} NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Editora: Paz e Terra; Rio de Janeiro, (1984, p.118).
- ^{xix} Jornal do Aracaju, Sergipe, ano 3, n. 23.257, 3 Abril. 1872, p.1, col. 3).
- ^{xx} Jornal de Aracaju, Sergipe 1872, n.23.257, Ano III, quarta-feira, 3 de abril . p. 1, col. 3.
- ^{xxi} INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros: Monografias Premiadas** - Brasília 1984, P.21). História da Educação Brasileira <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002498.pdf>. Acesso 20 de Julho de 2016.
- ^{xxii} Jornal de Aracaju, Sergipe 1872, n.23.257, Ano III, quarta-feira, 3 de abril . p. 1, col. 3.
- ^{xxiii} SERGIPE, u1213. RELATÓRIO 1871, p.9. (colégios noturnos). Provincial Presidential Reports (1830-1930), <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em 30 Maio de 2016.
- ^{xxiv} NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Editora: Paz e Terra; Rio de Janeiro, (1984, p.118).
- ^{xxv} Idem, Sergipe, Relatório provincial 1871, p.5
- ^{xxvi} ROMÃO, Frederico Lisboa. **Na Trama da História: O Movimento Operário de Sergipe 1871 a 1935**. Editora J. Andrade Ltda. Aracajú- SE, 2000. (ROMÃO, 2000, p.43).
- ^{xxvii} COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas do município da Corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). **Educ. Soc.** [online]. 2011, vol. 32, n.114, pp. 53-68. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000100004>.(COSTA, 2011, p.5013). Acesso em 25 de Abril de 2016.
- ^{xxviii} Idem, *As escolas noturnas do município da Corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889)*. **Educ. Soc.** [online]. 2011, vol. 32, n.114, pp. 53-68. ISSN 0101-7330, (COSTA, 2011, p.5015).
- ^{xxix} CORREIA, Marilza da Silva. **A Educação Popular no Brasil Império: as Primeiras Iniciativas de Escolas Noturnas em Alagoas (1870-1889)**. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal de Alagoas. 2011. (2011, p. 52), Disponível em: <www.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu>. Acesso em: 05 mai. 2016.
- ^{xxx} Idem, CORREIA, Marilza da Silva. **A Educação Popular no Brasil Império: as Primeiras Iniciativas de Escolas Noturnas em Alagoas (1870-1889)**. 2011, p. 89
- ^{xxxi} NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A Escola Primária Noturna na Política Educacional Mineira 1891/1924**. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte. 2009, (p.78).
- ^{xxxii} Idem, NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A Escola Primária Noturna na Política Educacional Mineira 1891/1924**.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do Trabalho Docente e a Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1827-1880)**. Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão/SE.

BRASIL, **Decreto Nº 1.331-A. 17 de Fevereiro de 1854** (Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, Página 45 Vol. 1 pt I). <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro>.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização?** São Carlos-SP: UFSCar, 2007. http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Historia_da_Educacao/Trabalho/04_34_32_1257-6384-1-PB.pdf.

CORREIA, Marilza da Silva. **A Educação Popular no Brasil Império: as Primeiras Iniciativas de Escolas Noturnas em Alagoas (1870-1889)**. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal de Alagoas. 2011. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu>. Acesso em: 05 mai. 2016.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas do município da Corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). **Educ. Soc.** [online]. 2011, vol.32, n.114, pp.53-68. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000100004>.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução, Patrícia Chittone Ramos - Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FEITOSA, Cid Olival. **Economia Sergipana: Origem e desenvolvimento**. ISBN-13: 978-84-15774-23-5. <http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1244/index.htm>.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução de Guacira Lopes Louro – Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros: Monografias Premiadas** - Brasília 1984. História da Educação Brasileira <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002498.pdf>

NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A Escola Primária Noturna na Política Educacional Mineira 1891/1924**. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte, 2009.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Editora: Paz e Terra; Rio de Janeiro: 1984.

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS: PRIMEIRAS
APROXIMAÇÕES

MARIA DOS PRAZERES NUNES E SIMONE SILVEIRA AMORIM

ROMÃO, José Eustáquio. **Paulo Freire e a educação de adultos: teoria e praticas/** José Eustáquio Romão, Verone Lane Rodrigues – São Paulo: IPF; Brasília: Livro volume III, 2001.

ROMÃO, Frederico Lisboa. **Na Trama da História: O Movimento Operário de Sergipe 1871 a 1935.** Editora J. Andrade Ltda. Aracajú- SE, 2000.

SANTANA, Leyla Menezes de. **Os professores Primários em Sergipe: Rupturas e Permanências no Ofício Docente (1827-1838).** Universidade Tiradentes – Aracaju /SE: 2015.

SERGIPE, *RELATÓRIO 1871*. Provincial Presidential Reports (1830-1930): - <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>.